

Diga-nos quem é o
XICONHOCA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

Índice de Desenvolvimento Humano melhorou mas Moçambique continua a ser um dos dez piores do mundo



O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) melhorou um pouco em Moçambique, contudo o nosso país continua a ser um dos dez piores do mundo. Para o Representante do PNUD, Alfredo Teixeira, "A desigualdade é uma escolha da política pública, mas não é uma inevitabilidade, é possível tomar medidas para corrigi-las" tendo desafiado o Governo de Filipe Nyusi a reflectir no Plano Quinquenal 2020-2024 "as questões da desigualdade" tendo sugerido o uso dos recursos naturais para diminui-las.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 02 →

Doente suicida-se no Hospital Central de Nampula

Uma paciente no Hospital Central de Nampula (HCN) suicidou-se nesta segunda-feira (09) atirando do 3º piso por razões ainda desconhecidas.

Texto: Redacção

A jovem paciente estava internada há 2 dias para o tratamento de um caso grave de malária e sem que ninguém se tivesse apercebido abandonou o seu leito na medicina II da maior Unidade Sanitária do Norte de Moçambique e atirou-se.

Os responsáveis do HCN não tem explicações para o sucedido no entanto um dos familiares comentou a jornalistas que a suicida também padeceria de depressão.

ACCIONTECEU

A verdade em cada palavra.

Publicidade



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 01 - Índice de Desenvolvimento Humano melhorou mas Moçambique continua a ser um dos dez piores do mundo

O “Moçambique melhor” prometido por Filipe Nyusi a 15 de Janeiro de 2014 continua a ser uma miragem revela o recente relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) onde embora o IDH - que varia de 0 a 1 e tem como base indicadores de Saúde, Educação e rendimentos - tenha subido de 0,418 para 0,446 o nosso país continua a ser um dos piores do mundo.

Moçambique ocupa a posição 180, a mesma do ano passado, sendo melhor do que a Serra Leoa, o Burkina Faso, a Eritreia, o Mali, o Burundi, o Sudão do Sul, o Chade, a República Centro Africana e o Níder.

Alfredo Teixeira assinalou que “A desigualdade está-se a tornar numa das características do século XXI, o seu impacto está a desencadear tensões económicas e sociais crescentes em todo o mundo, tensões que infelizmente vemos quase diariamente em todo o mundo”.

Embora não tenha particularizado o regresso da tensão com o partido Renamo, no Centro de Moçambique, e o conflito com o Al-Shabaab, no Norte, o Representante do PNUD afirmou que: “Estes acontecimentos são muitas vezes motivados por um profundo sentimento de injustiça e marginalização por parte das pessoas preteridas pela transformação que assolou a economia global e política nas últimas décadas. A desigualdade é uma escolha da política pública, mas não é uma inevitabilidade, é possível tomar medidas para corrigi-las”.

“Apesar do progresso do desenvolvimento humano básico o mundo não está no caminho certo para a erradicação das privações extremas na área da Saúde, Educação até 2030, quando ainda se espera que 3 milhões



de crianças menores de 5 anos morram todos os anos e 225 milhões de crianças não frequentem a escola”, declarou Teixeira sem indicar que 79 mil dessas crianças morrem actualmente em Moçambique e que todos os anos cerca de meio milhão de adolescentes terminam o ensino primário mas não podem prosseguir com os estudos porque não existem escolas secundárias em número suficiente.

a elaboração de políticas de igualdade de inclusão devem abranger todas as fases de desenvolvimento pessoal e humano, da infância e ao longo da vida, incluindo investimento na Educação das crianças, na Saúde e na nutrição”. Dentre as 13 milhões de crianças moçambicanas perto de 5,5 milhões tem desnutrição crónica e quase um milhão sofre de desnutrição aguda, doença que reduz

permitia apanhar o elevador social em Moçambique.

PNUD desafia Governo de Filipe Nyusi a usar recursos naturais para diminuir desigualdades

Alfredo Teixeira assinalou ainda que: “Em Moçambique o presente relatório chega num momento oportuno pois o país entra num novo ciclo político após as recentes eleições de 15 de Outubro de 2019, ciclo que será tutelado pelo novo Plano Quinquenal do Governo, o relatório constitui uma oportunidade única para reflectir sobre as questões da desigualdade, questões que não são alheias ao país.

“Neste contexto é imperativo que o Governo e os actores de desenvolvimento em Moçambique se juntem para conceber formas de abordar a problemática da desigualdade no país em todas as suas dimensões, afim de evitar que essas desigual-

do desenvolvimento sustentável e garantam que ninguém seja preterido ou fique para trás”, demandou o Representante do PNUD.

Teixeira recordou que: “A maior exposição de Moçambique aos impactos das Mudanças Climáticas, e o potencial que estes têm para alargar o fosso dos padrões de vida entre os que estão no topo e os mais desfavorecidos, torna este apelo particularmente urgente. A este propósito, atente-se que os protestos que hoje ocorrem no mundo reflectem não só as preocupações do quotidiano, mas as angústias que o futuro projecta. Alguns advogam que estamos numa idade da ansiedade, pois as pessoas estão preocupadas com o seu futuro, particularmente em virtude da sombra da crise climática e das transformações tecnológicas das nossas sociedades”.

“A sua riqueza em recursos naturais, incluindo os seus recursos de gás natural, proporcionam a Moçambique uma oportunidade única para abordar estas preocupações de uma vez por todas”, desafiou o Representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ao Governo de Nyusi que gazetou ao lançamento do Relatório de Desenvolvimento Humano 2019.

Para o Economista Sénior PNUD, Alex Warren Rodriguez, o mais dramático para países como o nosso é que enquanto está a alcançar a sobrevivência à primeira infância, a Educação primária universal, o acesso à tecnologia básica e tenta criar resiliência aos choques climáticos novos desafios de impõem como o acesso à Saúde de qualidade e a Educação de alta qualidade a todos os níveis e que devem exacerbar novamente as desigualdades.

Classificação de IDH	Índice de Desenvolvimento Humano			Índice de Desenvolvimento relativo a Género			Índice de Pobreza Multidimensional (a)					
	Valor	Variação (2018-2017)	Ranking global (2018)	Valor	Variação (2018-2017)	Ranking global (2018)	Valor	Variação (2018-2017)	Ranking global (2018)			
179 Congo (República Democrática do)	0,419	-0,018	11,0	0,844	0	0,833	124	0,288	74,0	52,3	2013/2014 D	
180 Moçambique	0,446	0,028	187	0,901	0	0,589	142	0,412	72,5	54,7	2011 D	
181 Serra Leoa	0,418	0,281	15,7	-	0,882	0	0,644	119	0,287	57,9	51,1	2017 M
182 Burkina Faso	0,416	0,001	18,1	1	0,875	0	0,812	147	0,428	83,8	61,9	2010 D
182 Eritreia	0,416	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
184 Mali	0,407	0,206	11,2	1	0,807	0	0,676	158	0,457	76,3	58,3	2013 M
185 Burundi	0,415	0,206	10,1	1	1,003	1	0,520	124	0,481	74,3	54,3	2014/2017 D
186 Sudão do Sul	0,415	0,204	16,1	-	0,888	0	-	-	0,181	91,9	65,2	2010 M
187 Chade	0,402	0,200	17,7	-	0,774	0	0,701	140	0,331	85,7	62,3	2014/2019 D
188 República Centro Africana	0,381	0,221	41,6	-	0,791	0	0,682	138	0,463	78,4	58,6	2010 M
189 Níger	0,377	0,212	27,9	0	0,206	0	0,647	154	0,391	90,3	69,2	2012 D

De acordo com o Representante do PNUD o relatório “demonstra que a desigualdade começa mesmo antes do nascimento,

a capacidade de aprendizagem dos petize o que lhe dificultará conseguirem bons empregos ou fontes de rendimento que os

dades alimentem desavenças e tensões sociais e coloquem o país num caminho mais inclusivo do crescimento económico e

104 expulsos por corrupção mas Chang, Rosário... e Guebuza continuam como funcionários do Estado

Durante a celebração do Dia Internacional de Combate à Corrupção o primeiro-ministro revelou que que “nos últimos dois anos foram instruídos cerca de 2.000 processos disciplinares contra funcionários e agentes do Estado, dos quais, 205 culminaram em demissões e 104 em expulsões, dentre outras sanções disciplinares”. Enquanto a PGR prossegue o seu teatro dentro e fora do país nenhuma acção foi ainda tomada contra os funcionários que possibilitaram o maior caso de corrupção da história de Moçambique: Manuel Chang, António Carlos do Rosário, Gregório Leão ou mesmo Armando Guebuza.

Texto: Redacção • Foto: Gabinete Primeiro Ministro

Discursando nesta segunda-feira (09) na Cidade de Quelimane Carlos Agostinho do Rosário começou por afirmar que: “A corrupção compromete a prestação de serviços públicos, retarda o crescimento da economia e o desenvolvimento do país, assim como limita as possibilidades de cada um de nós sonhar com uma vida melhor”.

“A actuação das unidades de controlo interno e de inspecção sem aviso prévio tem estado a contribuir de forma positiva na prevenção e com-

bate a corrupção. A título de exemplo, nos últimos dois anos foram instruídos cerca de 2.000 processos disciplinares contra funcionários e agentes do Estado, dos quais, 205 culminaram em demissões e 104 em expulsões, dentre outras sanções disciplinares”, revelou o primeiro-ministro.

Embora tenha reiterado que o “Governo prioriza a erradicação da corrupção, através de acções que visam promover a cultura de integridade na Administração Pública e a responsabilização daqueles

que pratiquem este mal” a verdade é que os funcionários públicos que rubricaram os documentos que possibilitaram as dívidas ilegais, e até mesmo depois do Conselho Constitucional confirmar que actuaram à margem da Constituição da República, continuam a receber os seus salários como funcionários do Estado.

Aliás o antigo Chefe de Estado continua a gozar das regalias que fez aprovar para o cargo que ocupou durante dois mandatos.



“Ferroviárias” de Maputo começam defesa do título africano com duas vitórias

As “ferroviárias” de Maputo iniciaram no sábado (07) a defesa do título africano de clubes derrotando as camaronesas do FAP Basketball. Neste domingo as “locomotivas” derrotam as congolenses do CNSS e terminam a fase de grupos diante das egípcias do Al Ahly.

Texto: Redacção

Na Arena da Cidade do Cairo a equipa moçambicana entrou dominadora e conquistou o 1º período por 15-5 pontos. O FAP Basketball dos Camarões equilibrou o jogo no 2º período mas saíram para o descanso com uma desvantagem de 12 pontos.

Ainda a procura de ritmo competitivo a equipa moçambicana venceu o 3º período contudo passou por algum sufoco no derradeiro período onde apenas conseguiu somar 8 pontos, mas a vantagem construída graças a 18 pontos de Ingild Mucauro permitiu uma vitória por 48-40 pontos.



Mais confiantes as “ferroviárias” voltaram a quadra neste domingo (08) e abriram uma vantagem de 11 pontos, antes do CNSS da República Democrática do Congo conseguir encestar pela primeira vez, e venceram o 1º período por 9-19 pontos.

Ditando o continua Pag. 04 →



Governo restringe novos postos de combustível nas capitais provinciais e nas 4 principais estradas de Moçambique

Diante do fracasso da meta de construir 91 novos postos de abastecimento de combustíveis nos distritos de Moçambique o Governo decidiu restringir a construção de novas “estações de serviço” nas capitais províncias e nas 4 principais estradas do país.

Texto: Adérito Caldeira continua Pag. 04 →

Itália reconhece vitória de Nyusi indiferente às “irregularidades” detectadas pelos observadores europeus

Tal como Portugal e França, que ignoraram as “irregularidades e más práticas no dia eleitoral e durante o processo de apuramento de resultados” detectadas pela Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, a Itália também reconheceu a vitória de Filipe Nyusi e do partido Frelimo nas Eleições Gerais e Provinciais.

Texto: Redacção

Na passada sexta-feira (06) o Presidente da República Italiana, Sergio Mattarella, felicitou Filipe Nyusi pela reeleição como Chefe de Estado de Moçambique e ao partido Frelimo pela vitória nas Eleições Legislativas e das Assembleias Provinciais de 15 de Outubro de 2019.



“As relações entre os nossos países apoiam-se em bases sólidas, caracterizadas por uma amizade histórica e frutífera colaboração em diversos domínios. Estou seguro que no seu novo mandato, os laços entre Maputo e Roma se consolidarão ainda mais, quer no âmbito bilateral, quer no mais amplo contexto das relações do seu país com a União Europeia”, lê-se na mensagem do estadista italiano.

O Presidente da Itália, país com laços históricos com Moçambique e cuja petrolífera estatal, a ENI, tornou-se num dos principais financiadores do partido Frelimo, refere que por ocasião da reeleição para a condução dos destinos da Nação moçambicana, apresenta ao Presidente Nyusi os

maiores votos de sucessos no prosseguimento do Alto Cargo.

Embora nenhum das fraudes e irregularidades denunciadas pelos partido de oposição tenha sido provada em tribunal a Missão de Observação Eleitoral da União Europeia que detectou “um número de irregularidades e más práticas no dia eleitoral e durante o processo de apuramento de resultados. As irregularidades incluíram enchimento de urnas, voto múltiplo, invalidação intencional de votos da oposição, e alteração de re-

sultados de mesas de assembleia de voto com adição fraudulenta de votos extra”.

“Os observadores da UE notaram também dados improváveis de participação, grandes desvios de resultados entre mesas da mesma assembleia de voto, e em muitos casos membros de mesa, funcionários públicos e eleitores encontrados com boletins de voto fora das assembleias de voto. As irregularidades foram observadas em todas as províncias”, referiu ainda a Missão Europeia.

Diga-nos quem é o XICONHOCA da semana

Escreva um E-Mail para averdademz@gmail.com

VERDADE

A verdade em cada palavra.

Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais **DIGITA *898#**

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 03 - Governo restringe novos postos de combustível nas capitais provinciais e nas 4 principais estradas de Moçambique

Uma das acções prioritárias do Plano Quinquenal do 1º mandato de Filipe Nyusi era “expandir a construção de postos de abastecimento de combustíveis líquidos no âmbito do incentivo geográfico”, a meta era construir em 5 anos pelo menos 91 novas “estações de serviço” nos distritos. Uma meta transportada do quinquénio anterior no qual Armando Guebuza falhou a sua meta de dotar os 128 distritos como pelo menos 1 posto de abastecimento de combustíveis.

Para cumprir a promessa eleitoral o Executivo havia estabelecido em 2012, dentre os vários requisitos para o licenciamento, o pagamento de uma taxa de “incentivo geográfico” no valor de 1,5 milhão de meticais para cada novo posto de abastecimento de combustíveis nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Nampula e na Estrada Nacional nº 4.

Quem investissem nas

18 DE NOVEMBRO DE 2019 5227
b) 30% para entidade licenciadora;
c) 30% para a distribuição equitativa pelos postos que integram a equipa de vistoria às instalações.
Artigo 29
(Incentivo geográfico)
1. A taxa de incentivo geográfico é devida ao acto da vistoria, para efeitos do registo das instalações e equipamentos petrolíferos em qualquer posto de abastecimento de combustíveis localizada na zona A, exceto quando se tratar da renovação do respectivo registo.
2. O valor da taxa de incentivo geográfico é estabelecido no anexo II do presente decreto.
3. Para além dos valores obtidos em conformidade com o número anterior, constituirão ainda receitas para o incentivo geográfico o montante correspondente a 3% da Taxa Sobre os Combustíveis (TSC) incidente sobre o gasóleo e a gasolina.
4. A taxa de incentivo geográfico não é devida nas seguintes situações:
a) Quando o titular da instalação tenha um número de registo de postos de abastecimento localizados nas zonas B e C igual ou superior ao número de registo de postos de abastecimento localizados na zona A; e
b) Quando o titular, ainda assim, em simultâneo, um posto de abastecimento nas zonas A e C.
3. Para efeitos de aplicação do número anterior entende-se por:
a) Zona A:
i. As circunscrições territoriais das Cidades de Maputo, Matola, Beira, Nampula, Tete, Pemba, Nacala, Chimoinho, Inhambane, Xai-Xai, Lichinga e Quelimane;
ii. As faixas ao longo das estradas nacionais número 1, número 4, número 5 e Estrada Circular de Maputo, até 500 metros do eixo das mesmas.
b) Zona B:
i. Todas as circunscrições territoriais das cidades não incluídas no ponto i), da alínea a) do presente artigo;
ii. Todas as zonas rurais com postos de abastecimento de combustíveis em funcionamento.
c) Zona C:
i. As áreas localizadas em distritos sem postos de abastecimento de combustíveis ou em locais que distem a mais de 25 km de um posto de abastecimento de combustíveis operacional;
ii. Locais com postos de abastecimento de combustíveis que distem a menos de 25 km com dificuldades de acesso ou intransitabilidade para os mesmos.
d) Outras áreas a serem estabelecidas por Diploma Ministerial do Ministro que supervisione a área de Energia, o qual pode ser alterado uma vez por ano, entrando em vigor 90 dias após a sua publicação.
Artigo 30
(Incentivo à expansão das infra-estruturas logísticas nacionais)
1. As receitas destinadas ao incentivo à expansão das infra-estruturas logísticas nacionais, previstas da rubrica de custo de infra-estruturas estabelecida pela estrutura de preços.
2. O custo de infra-estruturas destina-se a apoiar a expansão das infra-estruturas logísticas de média e grande dimensão pelo país, com vista a aumentar a segurança energética, reduzir custos logísticos de distribuição, aumentar a disponibilidade e apoiar a criação dos preços utilizados de produtos petrolíferos, assegurando a competitividade do país como corredor logístico para o interior.
3. Os projectos de investimento elegíveis para este apoio são os que envolvem:
a) Construção de infra-estruturas petrolíferas nos terminais de distribuição, desde que pelo menos 50% da capacidade da infra-estrutura a ser construída, seja usada para distribuição em território nacional;
b) Construção de instalações de armazenamento GPL ou de terminais de recepção de GPL, localizadas ou ligadas aos terminais de distribuição de Maputo, Beira, Nacala e Pemba ou em outras áreas que sejam definidas por Diploma Ministerial do Ministro que supervisione a área de Energia;
c) Construção de postos de abastecimento de GNV.
4. Os apoios financeiros a conceder ao tipo de projectos indicados no número anterior do presente artigo, serotrans a forma de incentivos monetários não reembolsáveis.
5. Será dada preferência aos projectos com a participação da empresa nacional de distribuição de combustíveis, desde que esta detenha 50% ou mais do projecto.
6. O Mecanismo de incentivo à expansão de infra-estruturas deverá obedecer ao Diploma Ministerial conjunto dos Ministros que supervisionem as áreas de Energia e Finanças.
7. O valor destinado à expansão de infra-estruturas deve ser colacionado pelas empresas titulares de licenças de distribuição e licenciadas existentes no Estado.
Artigo 31
(Expansão do acesso a combustíveis líquidos e gás natural veicular)
1. O incentivo geográfico destina-se a apoiar a expansão geográfica do acesso a combustíveis líquidos e gás natural veicular.
2. Os projectos de investimento elegíveis para este apoio financeiro são os que envolvem:
a) A construção de postos de abastecimento de combustíveis na zona C, desde que não exista nenhum posto de abastecimento operacional num raio de 25 km do local previsto, sem prejuízo do disposto na alínea a) do número 3 do artigo 29 do presente regulamento;
b) A instalação das infra-estruturas referidas na alínea a), que estejam inspeccionadas ao momento da recepção da candidatura do requerente para financiamento respectivo;
c) A construção de postos de abastecimento de combustíveis na zona “C” desde que não exista nenhum posto de abastecimento de combustíveis operacional;
d) A construção de postos de abastecimento de gás natural veicular (GNV), em regiões do país onde se verifique a sua viabilidade e a implantação de unidades de abastecimento de GNV em postos de abastecimento de combustíveis existentes.
3. Os apoios financeiros a conceder ao tipo de projectos indicados nas alíneas a), b), c) e d) serotrans a forma de incentivos monetários não reembolsáveis.
4. Os apoios financeiros a conceder ao tipo de projectos indicados na alínea e) prevêm de dotação orçamental e revertsão a forma de incentivos financeiros não reembolsáveis, devendo contribuir para o apoio até ao máximo de 30% do custo total

restantes cidades, nos distritos sem postos de abas-

tecimento, em locais que distem mais de 50 quilómetros de uma “estação de serviço” operacional ou noutras zonas rurais de Moçambique estaria isento do pagamento da taxa de “incentivo geográfico”.

Mas ainda assim os investidores não se sentiram atraídos em investir no Moçambique real. O @Verdade apurou nos Balanços dos Planos Económicos e Sociais que desde 2015 até ao fim do 1º semestres de 2019 apenas tinham sido edificadas 23 novas “estações de serviço” nos distritos contrastando com a proliferação nas capitais provinciais e particularmente nas cidades de Maputo e da Matola.

Como forma de forçar tentar travar a proliferação de “estações de serviços” nas cidades o Governo de Filipe Nyusi reviu, em finais de Outubro, o Regulamento sobre os Produtos Petrolíferos revendo a taxa de “incentivo geográfico” para 6 milhões de meticais e alargando

a circunscrições onde a mesma deve ser paga no acto de vistoria de novo postos de abastecimento de combustíveis.

Para além de Maputo, Matola, Beira, Nampula e da Estrada Nacional nº 4 a taxa de “incentivo geográfico” deve ser paga por novas “estações de serviços” que sejam edificadas em Tete, Pemba, Nacala, Chimoinho, Inhambane, Xai-Xai, Lichinga, Quelimane, nas faixas ao longo das estradas nacionais nº 1, 6 e Estrada Circular de Maputo, até 500 metros do eixo das mesmas.

O raio de 50 quilómetros de um posto de abastecimento de combustíveis operacional também foi reduzido para 25 quilómetros.

O @Verdade apurou ainda que o custo da emissão de licença de retalho para o exercício de actividades em posto de abastecimento de combustíveis foi agravado de 30 mil para 100 mil meticais.

→ continuação Pag. 03 - “Ferroviárias” de Maputo começam defesa do título africano com duas vitórias

ritmo da partida o Ferroviário de Maputo, que apenas reforçou-se com nigeriana nascida nos Estados Unidos da América Sarah Ogoke, dilatou o placar e saiu para o intervalo a vencer por 20-43 pontos.

Aumentando ainda mais a ritmo as “locomotivas” construíram uma vantagem que chegou a 39 pontos antes do derradeiro período. Gerindo o placar e as suas jogadoras a equipa treinada por Carlos Aik acabou vencendo por 57-89 pontos num jogo onde a veterana Deolinda Gimo mostrou a sua experiência somando 19 pontos, 9 ressaltos, 1 assistência, 1 roubo e 1 bloqueio.

Mas a liderança do Grupo B vai ser disputada na próxima terça-feira (10) com as anfitriãs do Al Ahly Sporting Club.

O outro grupo do campeonato africano de clubes femininos é liderado pelas angolanas do Inter Clube, que tentaram recuperar o reinado perdido para o Ferroviário de Maputo, a frente das egípcias do Sporting, das nigerianas do MFM e da equipa Energie BBC do Benin.

Maxaquene, Clube do Chibuto, Desportivo de Nacala, Têxtil de Púnguè e Baía de Pemba fora do Moçambola

As vitórias, e empate, na derradeira jornada não foram suficientes para o Maxaquene, Clube do Chibuto e Desportivo de Nacala manterem-se no campeonato nacional de futebol juntando-se aos despromovidos Têxtil de Púnguè e Baía de Pemba. Num jogo inédito contra o Desportivo de Maputo a Liga Desportiva garantiu a manutenção enquanto uma vitória sobre os campeões valeu a permanência ao Ferroviário de Nampula.

Texto: Redacção

Antes dos apitos iniciais para a derradeira jornada do Moçambola de 2019 nove clubes estavam na eminência de juntarem-se aos já despromovidos Têxtil de Púnguè e Baía de Pemba: Incomáti, Textáfria, ENH, Ferroviário de Nacala, Liga Desportiva de Maputo, Ferroviário de Nampula, Desportivo de Nacala, Maxaquene e Clube do Chibuto.

A Província de Gaza quase parou para ver se o único representante conseguia manter-se na mais importante prova futebolística. Mas aos pupilos de Abdul Omar não bastava uma vitória sobre a União Desportiva do Songo, que colocou em campo a equipa suplente a pensar na final da Taça de Moçambique. Depois do nulo ao intervalo os “guerreiros” chegaram ao golo por Tembo no minuto 34 mas os 37 pontos não evitaram a despromoção.

Na Machava um Maxaquene igual a si próprio em todo o campeonato foi incapaz de aproveitar as facilidades concedidas pela segunda equipa do Ferroviário de Maputo, também

a pensar na final da Taça de Moçambique, e ficou-se por uma vitória magra, golo de Domingos no minuto 15, que foi não foi suficiente para a manutenção.

Um golo de Mamo no minuto 22 deu algum alento ao Desportivo de Nacala até ao intervalo, contudo um golo de Tico atrapalhou os planos de Antero Cambaco que ficou a 2 pontos do Moçambola de 2020.

Apadrinhando a coroação do novo campeão nacional no estádio 25 de Junho o Ferroviário de Nampula jogou pela manutenção e foi feliz, Belito abriu o placar e Emanuel fez o segundo antes de Nelson fazer o tento de honra do Costa do Sol.

A precisar de uma vitória a Liga viu-se antes da meia hora de jogo a perder por 0-2 no seu relvado, na Matola. Entretanto os “muçulmanos” acordaram, Mohmed Hagi deu o tom e chegaram ao empate. Já na etapa complementar Gervásio deu nova vantagem aos “alvi-negros” antes de Sonito empatar e

um seu colega faz a cambalhota 4-3. O Desportivo de Maputo empatou mas uma cabeçada do experiente Sonito assegurou a permanência da Liga Desportiva de Maputo.

Na Bela Vista um golo solitário de Massawa garantiu a manutenção do Ferroviário de Nacala enquanto em Pemba Pires e Norberto deram uma preciosa vitória a ENH. Textáfria e o Incomáti repartiram os pontos que precisavam para continuarem no campeonato nacional de futebol.

Eis os resultados da 30ª e última jornada:

Clube do Chibuto	1	x	0	União Desp. Songo
Têxtil de Púnguè	1	x	1	Desp de Nacala
Ferr. de Nampula	2	x	1	Costa do Sol
Baía de Pemba	1	x	2	ENH de Vilanculos
Maxaquene	1	x	0	Ferr. de Maputo
Liga Desp. Maputo	5	x	4	Desp de Maputo
Ferr de Nacala	1	x	0	Ferr. da Beira
Textáfria	1	x	1	GD Incomáti

A classificação final ficou assim ordenada:

P	Equipas	J	V	E	D	BM	BS	P
1º	Club. Desp. Costa Sol	30	20	6	4	54	25	66
2º	União Desp. Songo	30	19	3	8	47	29	60
3º	Clube Ferr. Maputo	30	13	9	8	34	22	48
4º	Clube Ferr. Beira	30	12	9	9	34	26	45
5º	ENHFC de Vilanculos	30	10	11	9	29	30	41
6º	Clube Ferr. Nacala	30	12	5	13	28	31	41
7º	Grupo Desp. Maputo	30	10	10	10	31	29	40
8º	Liga Desp. Maputo	30	11	7	12	30	36	40
9º	Grupo Desp. Incomáti	30	10	10	10	29	30	40
10º	G.D.R. Textáfria	30	11	7	12	23	29	40
11º	Clube Ferr. Nampula	30	10	9	11	35	34	39
12º	Clube Desp. Nacala	30	10	7	13	31	35	37
13º	Clube de Chibuto	30	11	4	15	30	34	37
14º	Club. Desp. Maxaquene	30	9	10	11	30	31	37
15º	Baía de Pemba	30	6	7	17	25	46	25
16º	Clube Têxtil Pungue	30	4	10	16	15	42	22

Depois de mais um ano a prova ter sido possível com o envolvimento pessoal do Presidente Filipe Nyusi o Moçambola regressa em 2020 ainda sem sustentabilidade com três estreantes: Associação Black Buls, Matchedje de Mocuba e Ferroviário de Lichinga, representado o Sul, o Centro e o Norte de Moçambique, respectivamente.

ANUNCIE AQUI todos os dias
Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail averdademz@gmail.com
@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Millennium Challenge Corporation volta a financiar Moçambique

Moçambique foi selecionado nesta segunda-feira (09) para um segundo programa de financiamentos da Millennium Challenge Corporation (MCC) com o foco na "redução da pobreza através do crescimento económico". A incompetência do Governo de Armando Guebuza, e alguma má gestão, ditaram a suspensão em 2013 dos apoios financeiros por parte desta instituição norte-americana.

Texto: Redacção

Entre 2007 e 2013 a MCC financiou a reabilitação de estradas, sistema de abastecimento de água e saneamento, gestão de terras e projectos de melhoria de rendimentos na agricultura no montante de 506,9 milhões de dólares ao nosso país.

Contudo devido ao atraso na edificação de várias infra-estruturas e a existência de má gestão de dos projectos em Agosto de 2013 a instituição norte-americana independente anunciou fim dos financiamentos "não haverá extensão possível dos seus fundos devido aos regulamentos que governam o Millennium Challenge Corporation".

Seis anos depois o Conselho de Direcção desta instituição do Governo dos Estados Unidos da América selecionou Moçambique para desenvolvimento de um segundo compacto. "Tenho o prazer de anunciar a nova parceria do compacto da MCC com Moçambique" afirmou o Director Executivo da Millennium Challenge Corporation, Sean Cairncross, em comunicado.

"Moçambique concluiu com sucesso o seu primeiro compacto da MCC em Setembro de 2013 e demonstrou recentemente melhorias políticas encorajadoras no indicador de desempenho. Um novo compacto iria desenvolver o compromisso contínuo do país para com a reforma dos sectores e a forte relação existente da MCC com o país", pode-se ainda ler no comunicado de imprensa.

Dívidas ilegais continuam a pressionar melhoria da energia eléctrica em Moçambique



A Electricidade de Moçambique (EDM) teve de recorrer a um financiamento comercial na África do Sul para realização parcial de actividades de emergência com vista a melhoria da qualidade da energia nas cidades de Maputo e Pemba diante das limitações ainda existentes de financiamento externo devido as dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM. "Foi um período muito crítico, ninguém dava confiança ao país e eles (DBSA) decidiram financiar mesmo com as dificuldades que o país tinha", assinalou o PCA da EDM, Aly Sicola Impija. O @Verdade sabe que outros seis projectos de emergência aguardam financiamento.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 06 →

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Ingild comanda "locomotivas" para o topo do Grupo B da "champions" em basquetebol

Fazendo impressionantes 25 pontos Ingild Mucauro comandou as "locomotivas" de Maputo nesta terça-feira (10) na vitória sobre o Al Alhly e que colocou a equipa moçambicana no topo do Grupo B do Campeonato Africano de Clubes em basquetebol sénior feminino que decorre no Egito.

Texto: Redacção • Foto: FIBA

Com muito apoio nas bancadas da Arena do Cairo as anfitriãs marcaram primeiro no jogo da 3ª e última jornada da fase de grupo, mas a capitã Ingild empatou e acordou as suas companheiras para a vontade que o Ferroviário tem revalidar o troféu que é detentor, vencendo o 1º período por 23-18 pontos.

As "ferroviárias" abriram uma vantagem de 6 pontos mas as egípcias reduziram para 1 ponto antes das moçambicanas imporem o seu ritmo na partida e saírem para o intervalo com uma vantagem de 9 pontos.

O Al Alhly fechou a sua defesa e acelerou no 3º período, o Ferroviário



falhou muito, estava quase 4 minutos sem encestar, e a equipa da casa reduziu a desvantagem e Soraya Degheidy fez mesmo a cambalhota no marcador. Mas uma "bomba" de Ingild Mucauro voltou a colocar as moçambicanas na frente e acaba-

ram vencendo o parcial por 57-53 pontos.

As egípcias entraram novamente aguerridas e reduziram a desvantagem para 1 ponto. As "locomotivas" pareciam sem comando até Ingild voltar a pegar nas rédeas do jogo e com uma "bomba" mostrou que as campeãs estão no Cairo para revalidar o título acabando por vencer o jogo por 84-73 pontos. A capitã fez ainda 11 ressaltos, 5 assistências e 3 roubos de bola.

Invictas e 1ªs classificadas no Grupo B a equipa moçambicana terá pela frente nos quartos-de-final o Energie BBC do Benin, 4ªs do Grupo A.



PAZES
PAZES
PAZES
PAZES

A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 05 - Dívidas ilegais continuam a pressionar melhoria da energia eléctrica em Moçambique

A EDM e o Banco de Desenvolvimento da África do Sul (DBSA), com a assessoria do Banco Nacional de Investimento (BNI) rubricaram nesta segunda-feira (09) um contrato de financiamento no montante de 81,3 milhões de dólares norte-americanos para a 1ª fase de dois projectos de emergência para melhoria da qualidade da energia nas cidades de Maputo e de Pemba.

“Na Cidade de Pemba vamos instalar um equipamento de compensação, que quando montado vai aumentar a capacidade de transferência em mais 14 MVA. A segunda cidade beneficiada nesta fase é Maputo onde vamos mudar muitos cabos de média tensão, vamos construir muitos PSs (transformadores de potencia adicional) e vamos fazer mais linhas de Baixa Tensão, que é para permitir ligarmos mais consumidores. Enquanto isso vamos trabalhar na 2ª fase, nesta fase são cerca de 80 a 81 milhões (de dólares norte-americanos)”, detalhou a jornalista Aly Sicola Impija.

O Presidente do Conselho de Administração da eléctrica estatal explicou que estes dois projectos parciais fazem parte da Estratégia que empresa criou em finais de 2015: “Nós tipificamos os nossos projectos em várias categorias, temos a categoria dos projectos de emergência, que temos de fazer com urgências, temos os projectos de curto prazo, cuja duração é de 2



a 3 anos, temos projectos de médio prazo e de longo prazo”.

Impija recordou que a EDM aliou-se ao Banco Nacional de Investimento na busca de financiamento, “foram ao mercado local, foram ao mercado regional e trouxeram esta solução em coordenação com o DBSA”, a quem agradeceu pois “foi um período muito crítico, ninguém dava confiança ao país e eles (DBSA) decidiram financiar mesmo com as dificuldades que o país tinha e agradecer ao BNI por nos ter ajudado, se não fosse o banco já teríamos desistido”.

O Banco de Desenvolvimento da África do Sul é um parceiro estratégico do sector de energia em Moçambique participou do financiamento da Mozal, do gasoduto Temane – Secunda, financiou a melhoria das redes da Matola e é um dos financiadores da Linha de Transporte entre Temane – Maputo.

Projectos de emergência assim como os de curto, médio e longo prazo da EDM afectados pela instabilidade macroeconómica em Moçambique

O Presidente da Comissão Executiva do BNI, Tomás Matola, aclarou que “na altura em foi solicitado este financiamento o país estava a viver momentos muito particulares, um situação de instabilidade política e também instabilidade macroeconómica com a deterioração de praticamente todos indicadores, o rating de dívida soberana do país foi baixado ao lixo então nessas condições os financiadores são muitos cépticos para financiar projectos ainda que sejam viáveis”.

“O DBSA manifestou-se em financiar em condições acessíveis e ajustadas ao perfil de risco em torno da EDM e ajustado a capacidade de gerar cash-flow para pagar”,

contudo “por causa da situação em que o país se encontrava precisava de uma determinada garantia para sentir o conforto e comprometimento do Governo, foi nessa perspectiva que se solicitou que fosse emitida uma Garantia Soberana”, revelou Tomás Matola.

Entretanto o @Verdade apurou que estes dois projectos agora financiados parcialmente e cuja execução vai durar pelo menos 18 meses fazem parte do Projecto de Emergência para a Melhoria da Qualidade e Eficiência de Energia (PERIP) a ser implementado também nas províncias de Maputo, Inhambane, Tete, Zambézia, Nampula e Niassa e cujos fundos a Electricidade de Moçambique não está a conseguir financiar nem com ajuda do Governo.

O @Verdade sabe que para aumentar a sua capacidade de geração, transmissão e distribui-

ção de energia a EDM precisa de financiamentos de 17,8 biliões de dólares norte-americanos até 2028 acrescidos de outros 4,4 biliões de dólares para atingir as metas do acesso universal até 2030.

Tanto os projectos de emergência assim como os de curto, médio e longo prazo estão a ser afectados pela instabilidade macroeconómica que Moçambique vive desde a descoberta das dívidas inconstitucionais e ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM.

“Os créditos ilícitos revelados em 2016 deterioraram a confiança dos parceiros e gerou uma desconfiança entre os credores e investidores, em particular sobre a capacidade do país para reembolsar os créditos, exacerbado por o país não ter pago a segunda prestação na garantia soberana. De 2015 a 2016 a dívida explodiu, aumentando num ano para 25,47 por cento, atingindo 113,58 por cento do PIB de Moçambique. A perspectiva negativa e a incerteza em Moçambique geraram uma falta de confiança nas instituições financeiras. O influxo do capital para o país reduziu. Com as taxas de crédito desfavoráveis, a depreciação da moeda, baixo investimento e um orçamento apertado levaram à falta de liquidez. Tudo isso afectou negativamente a EDM”, descontinou o @Verdade na Estratégia da EDM 2018 - 2028.

Violador de menores condenado a 40 anos de prisão em Inhambane

Um cidadão de 52 anos de idade, de nacionalidade mauríçiana, foi condenado pelo Tribunal Distrital da Província de Inhambane a 40 anos de prisão pela violação sexual de seis menores.

Texto: Redacção

Os crimes que ocorreram em Março passado aconteceram numa casa de férias onde o violador residia no Município de Vilanculos, tendo sido denunciado por trabalhadores da residência.

Tendo sido provado em juízo que menores com idades

entre os 2 e 12 anos foram violadas sexualmente o reu foi condenado a 40 anos de idade e ao pagamento de uma multa de 500 mil meticais a cada uma das vítimas.

O tribunal decidiu ainda que após cumprir a pena o cidadão deverá ser expulso de Moçambique.

Plateia

Gran'Mah regressam aos palcos “Perfect Plan”

Os moçambicanos Gran'Mah, que se recusam a deixar de ser uma banda de garagem, regressam nesta sexta-feira (13) aos palcos para lançar o segundo álbum da banda: “Perfect Plan”.

Texto: Redacção

Os jovens Luís Silva, Leopoldo Fernandes, Miguel Wilson, Miguel Marques e Regina Santos cresceram, a banda foi criada em 2009, mas continuam a fazer música juntos prometendo no novo álbum, composto por nove músicas originais, manterem as influências do Reggae, Dub, RnB, Ska.

Para o lançamento de “Perfect plan”, que definem como “o resultado de 10 anos de palcos nacionais e internacionais que culminam neste concerto e que marca uma nova etapa na carreira musical da Banda”, os Gran'Mah

convidaram o cantor Nelson Nhanchungue que vai incorporar música africana ao re-

pertório que pode ser ouvido no Centro Cultural Franco Moçambicano.



União Desportiva do Songo salva época com Taça de Moçambique

A União Desportiva do Songo conquistou na noite desta quarta-feira (11) a segunda mais importante prova de futebol em Moçambique ao derrotar o Ferroviário de Maputo por 2-0. Telinho e Amadou marcaram os golos que salvaram a época em que os "hidroeléctricos" quiseram disputar todos troféus nacionais e africanos.

Texto: Redacção

No estádio nacional do Zimpeto dois remates bem colocados de fora da área, um de Telinho e outro de Amadou, salvaram a época em que a União Desportiva do Songo tentou chegar a Liga dos Campeões africano, a fase de grupo da Taça CAF e disputou o campeonato nacional de futebol sem sucesso.

Diante do um Ferroviário de Maputo sem ideias e com a pontaria desafiada os "hidroeléctricos" levam a segunda Taça de Moçambique para o Songo, depois do troféu conquistado em 2016.

CTA pede rápida investidura de Filipe Nyusi para acelerar aprovação do Plano Quinquenal do Governo e do Plano Económico e Social para 2020



Ainda sem o Conselho Constitucional proclamar os resultados das Eleições Gerais de 15 de Outubro último a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) pediu nesta quarta-feira (12) a rápida investidura de Filipe Nyusi como Presidente da República para acelerar aprovação do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 e do Plano Económico e Social para 2020. "Estes instrumentos tem importância para o Sector Privado, ditam e preparam o empresário para as áreas em que deve investir, os concursos em que deve participar", demandou Agostinho Vuma.

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 08 →



ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

“Locomotoras” dão chapa 100 a caminho revalidação da “champions” de basquetebol

As “locomotivas” de Maputo deram “chapa 100” nesta quarta-feira (11) a equipa beninense do Energie BBC e estão a duas vitórias de revalidarem o título Africano de Clubes em basquetebol sénior feminino. Nas meias-finais precisam de ultrapassar as egípcias do Sporting Alexandria.

Ainda a procura de entrosamento entre os reforços e a equipa base o Ferroviário abriu o placar pela congoleza Pauline Akonga mas deixou a equipa do Benin reduzir a desvantagem inicial. Mas Ingvild Mucauro agarrou na equipa e conduziu-a para uma vitória 11-27 no 1º período.

Rodando a equipa as “locomotivas” Odélia Mafanela, Sarah Ogoke, Cecília Henriques e Ornélia Mutombene aumentaram o vapor e a equipa de Carlos Aik dilatou a vantagem saindo para o intervalo a vencer por 22-57 pontos.

Com o jogo controlado Carlos Aik rodou novamente as suas meninas, a disputa passou a entre os dois cinco que o Ferroviário parece ter. Ingvild



Mucauro, Pauline Akonga, Delma Zita, Rute Muianga e Stefania Chizia-

ne encestaram mais 28 pontos, 2 a menos do que no período anterior.

Já em ritmo de contenção para a meia-final as “ferroviárias” geraram o 4º período, chegaram e ultrapassaram a chapa 100 e venceram o Energie BBC por 40-104 pontos.

Para chegarem a sua quarta final consecutiva o Ferroviário de Maputo precisa de ultrapassar nesta sexta-feira (13) a equipa do Sporting Alexandria. As egípcias foram 2ªs classificadas do Grupo A, perderam apenas com o Inter Clube de Angola, e nos quartos-de-final venceram as congolezas do CNSS. A outra meia-final será disputada pelo Inter Clube e o Al Ahly do Egipto.

Texto: Redacção • Foto: FIBA



A verdade em cada palavra.



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

Publicidade

→ continuação Pag. 07 - CTA pede rápida investidura de Filipe Nyusi para acelerar aprovação do Plano Quinquenal do Governo e do Plano Económico e Social para 2020

Brindando champanhe no mais luxuoso hotel de Moçambique o presidente da CTA começou por dizer que 2019 “foi um ano muito exigente para os negócios. Continua crítico o acesso ao financiamento e a confiança do mercado, impactando, assim, nas demonstrações financeiras das empresas”.

Agostinho Zacarias Vuma discorreu pelas iniciativas que disse terem sido obra da organização que dirige desde xxx e clamou o mérito na negociação das dívidas que o Estado acumulou entre 2007 e 2017 com o empresários nacionais.

“Como já foi informado, o Grupo 1 de fornecedores, que é dívida validada e com visto do Tribunal Administrativo já foi paga e está em fases finais. Neste momento, os que serão pagos são os do Grupo 2, aqueles que têm dívida validada, mas que lhes falta o visto do tribunal administrativo. Este grupo, devidamente identificado pela CTA, abrange cerca de 3 mil empresas, maioritariamente pequenas e médias empresas. Continuaremos a desenvolver esforços para encontrar saídas para o Grupo 3, falando com as respectivas empresas”, prometeu.

O presidente da CTA declarou que “o Banco de Moçambique está a fazer um excelente trabalho” no entanto “Sobre o nível de taxas de juro, continuamos a defender que são elevadas e, portanto, proibitivas para financiar o pequeno e médio negócio mesmo quando a taxa de referência do banco central indica o contrário”.

“Analisado o processo de formação das taxas de juros verificou-se que um dos factores que influencia o nível actual das taxas de juro do mercado é o elevado risco de crédito... concentrado no Estado?? Neste âmbito, temos advogado pela implementação efectiva do sistema de informação de crédito alargado e que providencie as devidas classificações de risco, reduzindo deste modo a assimetria de informação”, sugeriu Vuma.

CTA demanda célere aprovação do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 e do Plano Económico e Social para 2020 “para reduzir as incertezas”

Agostinho Vuma perspectivou que 2020 será um ano “de forte recuperação da actividade económica e baixa inflação”



contudo demandou a rápida investidura de Filipe Nyusi como Presidente da República para acelerar aprovação do Plano Quinquenal do Governo 2020-2024, do Plano Económico e Social para 2020 e do Orçamento de Estado do próximo ano.

“Estes instrumentos tem importância para o Sector Privado ditam e prepararam o empresário para as áreas em que deve investir, os concursos em que deve participar. O hábito, obviamente em anos nor-

mais, é que seja aprovado em Novembro ou Dezembro, neste caso com as recentes eleições está agendada a tomada de posse e só à seguir é que vão ser aprovados”, assinalou.

O líder do sector privado declarou que o Governo tem no próximo ano “o desafio da disponibilização da massa financeira com alguma celeridade para permitir que haja fluidez na nossa vida”.

“Queremos encorajar que na primeira quinzena,

apontada pelo Conselho Constitucional, se tome posse e se materialize a investidura para acelerar a aprovação destes importantes instrumentos que vão permitir o investimento interno. Queríamos aqui sublinhar a importância da aprovação o quanto mais cedo dos principais instrumentos normativos para reduzir as incertezas que possam incorrer do atraso da aprovação dos mesmos”, enfatizou Agostinho Vuma num evento onde o Governo não esteve representado.

Actualização de preços de combustíveis passa a ser feita pela ARENE

A actualização mensal dos preços dos combustíveis líquidos em Moçambique deixou de ser feita pelos ministros da Energia e da Economia e é, desde Novembro, competência da Autoridade Reguladora de Energia (ARENE), instituição que irá ainda definir as futuras revisões das tarifas de energia em Moçambique.

Texto: Redacção - Foto: Gabinete Primeiro Ministro

Criada em 2017 mas apenas em funções desde a posse conferida no passado dia 15 de Novembro pelo primeiro-ministro a Paulo António da Graça, como Presidente do Conselho de Administração, a ARENE vai passar a ser a entidade que procede a alteração dos preços dos combustíveis, desde que o preço de venda ao público de qualquer produto petrolífero não varie em mais de 20 por cento, face ao preço em vigor.



Caso a variação dos preços dos combustíveis seja superior a 20 por cento a decisão será tomada pelo Conselho de Ministros.

Esta competência foi atribuída a ARENE através do novo Regulamento sobre Produtos Petrolíferos, em vigor desde 18 de Novembro último, que estabelece ainda que a instituição deverá “determinar os Preços

de Venda ao Público a praticar em todo o Território Nacional de acordo com o mecanismo estabelecido”.

Também passará a ser competência desta instituição a revisão e aprovação das tarifas de energia em Moçambique.

Divulgação

Cidades de Maputo e Matola e vila de Boane: Montagem de novas bombas poderá condicionar abastecimento de água

O Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) mobilizou financiamento para a aquisição de novas bombas, em substituição das obsoletas instaladas nos anos 60, cujo prazo de vida útil expirou, razão pela qual sofrem avarias constantes. Esta acção tem em vista conferir maior garantia na captação e distribuição de água às cidades de Maputo, Matola e à vila de Boane, na província de Maputo.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Neste contexto, e estando em finalização o processo de instalação de parte deste equipamento na Estação de Tratamento de Água do Umbelúzi (ETA), a empresa Águas da Região de Maputo (AdeM), em parceria com a CHINAGEO, o empreiteiro contratado para substituição das referidas bombas, está a realizar ensaios de funcionamento destas desde o passado final de semana.

A propósito, Cláudia Ronda, directora de Manutenção da AdeM, explicou que “durante o processo de substituição das bombas antigas por novas, poderão registar-se algumas irregularidades no serviço de abastecimento de água, caracterizadas pela redução do tempo de distribuição e/ou surgimento de focos de turvação da água”, frisou a directora de Manutenção da AdeM, juntando que a empresa está a envidar esforços para a reposição do funcionamento normal do sistema, o mais breve possível.

Espera-se que estas substituições tenham um impacto positivo nas operações da AdeM, pois



irão permitir à empresa uma redução nas despesas de manutenção dos equipamentos, devido às constantes avarias, em resultado do estado avançado de degradação.

“Vamos ter uma redundância de bombas, constituída por equipamentos fiáveis, com capacidade adequada para levar a água até à cidade de Maputo, garantindo, deste modo, o fornecimento contínuo, com conforto e segurança”, concluiu.

Moçambique subscrive aumento de capital no Banco Mundial

O Conselho de Ministros aprovou a subscrição por Moçambique de mais 157 Acções do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a primeira das cinco instituições que integram o Grupo Banco Mundial. O Banco Mundial é o principal financiador do nosso país e não suspendeu o apoio directo ao Orçamento de Estado mesmo com a descoberta das dívidas ilegais.

Texto: Adérito Caldeira

A decisão do nosso país, tomada no passado dia 5 de Novembro, segue-se a deliberação do Conselho de Governadores do BIRD que em Outubro de 2018 adoptou uma resolução de aumento do capital social da instituição financeira multilateral para 245.773 Acções.

Moçambique, que é membro do Grupo Banco Mundial deste 24 de Setembro de 1984, tinha 136 Acções valorizadas em 3.281.272 dólares norte-americanos e passou a deter 293 Acções que valem 4.417.653,70 dólares.

O pagamento desta subscrição é essencial para o nosso país continuar não só membro da instituição mas particularmente a ter acesso aos financiamentos altamente concessionais do Grupo Banco Mundial que é o principal financiador de Moçambique, não suspendeu o apoio mesmo com a descoberta das dívidas ilegais, em todos os sectores prioritários e está na linha da frente na criação de resiliência às Calamidades Naturais.

Os principais accionistas do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento são os Estados Unidos da América e a China.

Economia moçambicana em suspenso até a posse de Filipe Nyusi



O Banco de Moçambique (BM) "decidiu manter a taxa de juro de política monetária" inalterada alinhando com os empresários nacionais, banqueiros e investidores que aguardam pela posse de Filipe Nyusi para o 2º mandato como Presidente da República para que a actividade económica retome. A taxa MIMO está nos 12,75 por cento desde Agosto e o BM argumenta a sua manutenção com a "prevalência de elevados riscos e incertezas"...que só ficarão desfeitas quando forem conhecidos o novo Plano Quinquenal do Governo (PQG) assim como o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento de Estado (OE).

Texto: Adérito Caldeira

continua Pag. 10 →

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail

averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Nyusi enfim promulga revisão do Código Penal e do Código do Processo Penal

O Presidente da República, Filipe Nyusi, enfim promulgou e mandou publicar a revisão do Código Penal e do Código do Processo Penal, aprovadas pela Assembleia da República em Julho passado. Dentre inúmeras mudanças e inovações foram criminalizadas: a gravação áudio, vídeo ou de fotografia sem autorização; a "baixada" de energia, desvio de água ou o "gato" de televisão; ou mesmo o abuso e exploração da fé em Moçambique.

Texto: Adérito Caldeira

Ao abrigo do Código Penal revisto a actividade de agiotagem passará a ser punida com pena de prisão entre 1 a 5 anos de prisão pela sua prática e em 2 anos de prisão a punição para quem cobrar dívidas por conta do agiota.

Gravar, registar, utilizar, transmitir ou divulgar conversa, comunicação telefónica, imagem, fotografia, vídeo, áudio, facturação detalhada, mensagens de correio electrónico, de rede social ou de outra plataforma de transmissão de dados sem o consentimento e com intenção de devassar a vida privada das pessoas passa a dar cadeia em Moçambique.

Vai também ser punido com prisão quem aceder sem autorização do proprietário "um dispositivo alheio, fixo ou móvel, ligado ou não à rede de computador, com o fim de obter informação não pública de correio ou comunicação electrónica privada" e ainda a "baixada" de energia eléctrica, o desvio de água potável ou o "gato" de televisão e internet.

A revisão do Código Penal de 2014 passará ainda a punir com maior precisão os crimes de corrupção e conexos praticados no sector público aplicando entre 2 a 8 anos de prisão aos servidores que violarem as normas do Plano Económico e Social e Or-

çamento do Estado em Moçambique e foram especificamente visados os funcionários da alfândega, viação, migração, identificação civil e criminal.

Mais controversas as serão criminalizações de quem "aliciar crentes de uma religião ou culto a alienar ou entregar dinheiro ou bens como (...) promessa para o enriquecimento"; ou daquele que efectuar gravação de palavras proferidas por alguém mas não destinadas ao público, a filmagem ou fotografia de um cidadão, contra a sua vontade, mesmo que tenha sido em evento público. Esta última norma com possível implicação na actividade dos jornalistas em Moçambique.

Diga-nos quem é o
XICONHOÇA
da semana



Escreva um E-Mail para
averdademz@gmail.com

VERDADE

A verdade em cada palavra.

Publicidade



Envia dinheiro, Paga água e TV, Compra CREDELEC, e muito mais

DIGITA *898#

É rápido, seguro e conveniente

→ continuação Pag. 09 - Economia moçambicana em suspenso até a posse de Filipe Nyusi

Há cinco meses que o banco central interrompeu o relaxamento da sua política monetária e nesse patamar também deixou as taxas da Facilidade Permanente de Depósitos, da Facilidade Permanente de Cedência, assim como os coeficientes de Reservas Obrigatórias para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira devendo só voltar a apreciá-las em Fevereiro.

O BM não tem novas justificação para as suas decisões: “prevalência de elevados riscos e incertezas que, a se materializarem, poderão reverter o perfil actual de inflação baixa. A nível interno, destacam-se o agravamento da instabilidade militar nas zonas norte e centro do país e a maior probabilidade de ocorrência de choques climatéricos. A nível externo, persiste a tensão comercial e geopolítica com implicações negativas sobre o volume do comércio global e dinâmica dos preços das mercadorias”, indica em comunicado.

“Quanto à actividade económica, mantêm-se as previsões de recuperação em 2020, ainda assim, abaixo do seu potencial. Segundo o INE, o Produto Interno Bruto continuou a abrandar, fixando-se em 2,0 por cento, no terceiro trimestre de 2019. Entretanto, perspectiva-se que melhore a partir de 2020, suportado pela (i) reconstrução pós ciclones, (ii) liquidação, por parte do Estado, das dívidas com os fornecedores de bens e serviços e (iii) implementação dos projectos relacionados com a exploração de gás”, perspectivou o banco central.

Mais concretos foram os empre-



sários nacionais que na véspera pediram rápida investidura de Filipe Nyusi tendo o presidente Confederação das Associações Económicas deixado claro que os “riscos e incertezas” deixarão de existir quando forem aprovados o Plano Quinquenal do Governo 2020 – 2024, o Plano Económico e Social assim como o Orçamento de Estado para 2020.

“Queremos encorajar que na primeira quinzena, apontada pelo Conselho Constitucional, se tome posse e se materialize a investidura para acelerar a aprovação destes importantes instrumentos que vão permitir o investimento interno. Queríamos aqui sublinhar a importância da aprovação o quanto mais cedo dos principais instrumentos normativos para reduzir as incertezas que possam incorrer do atraso da aprovação dos mesmos”, enfatizou Agostinho Vuma.

Retoma da economia só depois da aprovação do PQG, PES e OE de 2020

Os banqueiros também já haviam sinalizado que os riscos da economia se mantêm não mexendo na Prime Rate do Sistema Financeiro que desde Outubro parou nos 18 por cento.

Os factos são que a economia continua a produzir pouco, no 3º trimestre até a produção do sector de pescas (com a aquacultura incluída) reduziu, as importações estão a aumentar agravando o défice da balança de pagamentos.

Embora não o diga explicitamente o Banco de Moçambique tem sinalizado ter feito tudo o que podia ao nível da Política Monetária, todos anseiam pelas políticas fiscais que o futuro Go-

verno pode tomar para dinamizar a economia, e essas só serão conhecidas no novo PQG e nos PES e OE de 2020.



Embora o Conselho Constitucional não tenha ainda proclamado os vencedores das Eleições

Gerais de 15 de Outubro marcou já a investidura dos deputados para 13 de Janeiro e dois dias depois Filipe Nyusi será investido para o seu 2º mandato como Presidente da República.

O @Verdade apurou que o novo Plano Quinquenal assim como o Plano Económico e Social e o Orçamento de Estado para o próximo ano estão quase prontos no entanto só serão apresentados para aprovação da Assembleia da República, diga-se uma formalidade tendo em conta a maioria qualificada que o partido Frelimo obteve, pelo Governo que Nyusi decidir empossar.

Em 2015 o Executivo foi nomeado dois dias após a tomada de posse do Chefe de Estado mas o Plano Quinquenal que está a findar só saiu do Executivo em meados de Fevereiro, demorou quase 2 meses a ser cancelado

“Chuvas abaixo do normal” até Fevereiro de 2020 no Sul e Centro de Moçambique

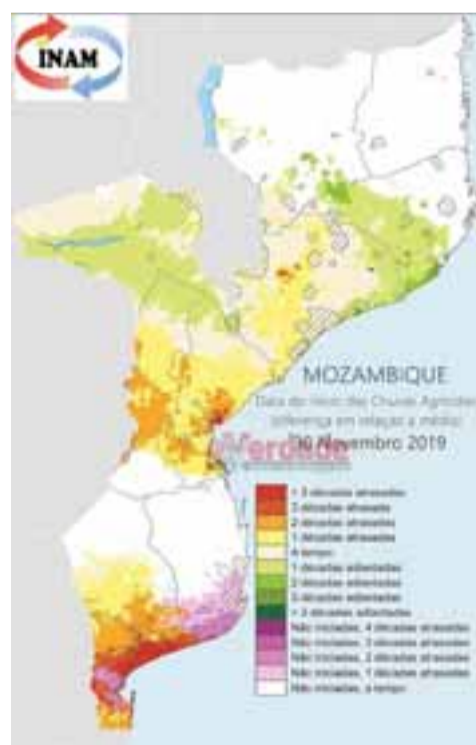
Embora a chuva que tem caído já esteja a causar alguns estragos nas cidades de Maputo, Matola e Beira o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) prevê que até Fevereiro de 2020 as regiões Sul e Centro de Moçambique vão registar “chuvas abaixo do normal”. “A atmosfera mostra características de termos pouca chuva e irregularmente distribuída em grande parte desta época chuvosa”, explicou ao @Verdade o meteorologista Isaías Raiva.

Texto: Adérito Caldeira

O primeiro balanço da Época Chuvosa indica que os dois primeiros meses, Outubro e Novembro, foram caracterizados “por condições mais secas que a média, em particular no Sul e Centro do país” o que é confirmado por “temperaturas de solo elevadas e cobertura vegetal reduzida”.

“Nas províncias do norte, chuvas abundantes desde meados de Novembro tem levado a uma melhoria da situação, e as condições propícias para o início das actividades agrícolas. Todavia, no sul e centro de Moçambique, défices hídricos tem persistido resultando em atrasos no início das sementeiras e desenvolvimento vegetativo das culturas”, indica um documento produzido pelo INAM.

Apesar das inundações urbanas que se tem registados desde a semana passada na cidades de Maputo, Matola e Beira este primeiro balanço refere que: “na grande parte do Centro e extremo Sul do país verificam-se atrasos na ocorrência de chuvas agrícolas durante 10-20 dias, Manica e Sofala e de até 30 dias em Maputo e nas zonas litoral de Gaza. Em quase toda extensão da província de Inhamba-

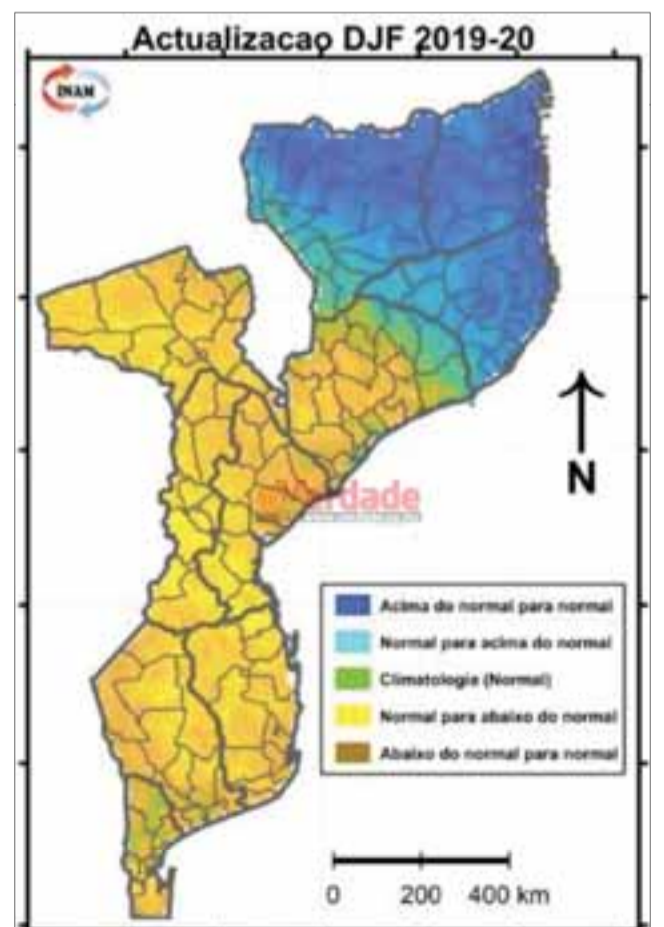


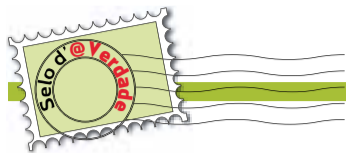
ne, norte da província de Gaza e sul da província de Manica as chuvas agrícolas ainda não iniciaram”.

O Instituto Nacional de Meteorologia

prevê para os períodos de Dezembro 2019-Fevereiro 2020 “uma probabilidade de ocorrência de chuvas abaixo do normal para este período, em particular para as zonas Sul e Centro do país” e por isso recomenda “que se considerem acções mitigadoras dos impactos previsíveis de uma época chuvosa potencialmente com significativos défices hídricos no Sul e Centro do país”.

Antes da época chuvosa iniciar o Ministério da Agricultura perspectivou “uma campanha agrícola boa sobretudo nas regiões Centro e Norte”, no entanto no Sul de Moçambique onde o Índice de Satisfação Hídrica esperado era “baixo à médio” e recomendou “monitoria permanente e desenho de plano de intervenção para a 2ª época agrícola”.





Qual é o ponto de fazer retórica política sobre questões que não se estudaram?

Ragendra de Sousa está em campanha contra a sobretaxa do açúcar. O seu argumento assenta em dois pontos: (i) a sobretaxa faz o açúcar mais caro 30% do que no mercado mundial; e (ii) não se pode manter o estatuto de indústria nascente para sempre. Pode deduzir-se, destes pontos, que: (i) a retirada da sobretaxa vai reduzir o preço do açúcar para o nível do mercado mundial; (ii) que a sobretaxa foi introduzida por causa do estatuto de indústria nascente que a indústria açucareira tinha; e (iii) a manutenção da sobretaxa é prejudicial tanto para os consumidores (que pagam mais pelo mesmo produto) como para a indústria açucareira (que não tem incentivo para se tornar mais eficiente). Este é o modelo analítico típico encontrado em qualquer manual neoclássico básico de introdução à economia. Mas, este argumento tem pouco, se alguma coisa, de aplicável à indústria açucareira real em Moçambique.

Primeiro: será que a retirada da sobretaxa reduz o preço do açúcar no mercado domésti-

co em 30%? A sobretaxa não é fixa e varia de acordo com a diferença entre o preço de dumping do açúcar (abaixo do custo marginal de produção) e o custo médio de produção em Moçambique, até um máximo de 30%. Portanto, supondo que a retirada da sobretaxa é completamente comunicada para os preços, os ganhos podem variar entre 0% e 30%. Além disso, o preço ao consumidor é afectado por factores que vão muito para além do custo de produção ou preço de importação: as estruturas dos mercados (mais ou menos competitivos ou oligopolistas), a sua funcionalidade (mais ou menos segmentados), os custos de transporte, a disponibilidade do açúcar (a dependência de mercados de dumping torna o acesso aos bens e os seus preços voláteis) são factores que, se combinados, podem eliminar facilmente qualquer hipotético ganho com a retirada da sobretaxa.

Conclusão: não há nenhuma garantia que a eliminação da sobretaxa resulte num preço de açúcar mais baixo no mer-

cado doméstico.

Segundo: será que a sobretaxa foi introduzida para proteger esta indústria na fase inicial (indústria nascente) do seu desenvolvimento? Não! O pacote de protecção da indústria açucareira (sobretaxa, restrições à entrada, coordenação da produção, dos mercados e dos preços) foi introduzido porque a indústria açucareira internacional funciona dessa forma: produz para o mercado doméstico protegido, para mercados globais regulados e com quotas preferenciais, e somente os excessos, voláteis e involuntários, de produção (muito variáveis, mas sempre inferiores a 10% da produção global) entram no mercado livre de dumping. As condições de produção dos vários países diferem o que afecta os seus custos de produção.

Conclusão: a sobretaxa é apenas parte de um pacote, que foi introduzido para que a indústria açucareira moçambicana pudesse existir num contexto

regional e global específico desta indústria. Nunca foi para proteger uma indústria nascente. Será que as condições desse mercado global já mudaram, de modo a justificar a alteração da política açucareira? Disso o ministro da Indústria e Comércio não fala. Ele ataca a sobretaxa por um motivo que não existe.

Assumindo que o ministro da Indústria e Comércio tenha interesse em manter a indústria açucareira nacional (o que não é um dado adquirido), só faz sentido modificar ou eliminar a política açucareira se as condições do mercado global se tiverem modificado e assim o exigirem.

Em conclusão, a retórica do ministro da Indústria e Comércio sobre a indústria açucareira não faz sentido (isso já não surpreende), não tem base e está deslocalizada do essencial. O problema é que esta retórica pode tornar-se em política.

Terceiro: se este discurso resultar em política, e se a política for implementada, o que pode

acontecer? A indústria açucareira nacional pode desaparecer resultando na perda de 20-30 mil postos de trabalho, de receitas fiscais e de receitas de exportação, bem como na construção da dependência de Moçambique de um mercado com preços, quantidade e qualidade voláteis.

Quarto: será que está tudo bem com a indústria açucareira nacional? Não, de modo algum. As condições de trabalho são precárias, o aumento da extensão das terras para açúcar cria pobreza, bolsas de fome e pressões ambientais grandes (como, por exemplo, o excessivo consumo de água para irrigação), há sinais de desinvestimento e gestão pouco eficaz, para dizer o mínimo, por parte de algumas empresas, etc. Mas, qual destes problemas se resolve com a eliminação da sobretaxa?

Qual é, de facto, o problema que a eliminação da sobretaxa vai resolver? O que faz correr o ministro da Indústria e Comércio?

Por Carlos Nuno Castel-Branco

Divulgação

Mulheres dominam última edição do ano do #Ideate Bootcamp

O #Ideate Bootcamp, um programa de imersão empresarial implementado pelo Standard Bank, através da sua Incubadora de Negócios, com o suporte técnico da ideiaLab, tem despertado cada vez mais o interesse das mulheres, ávidas em conquistar o seu espaço no mercado e contribuir na resolução dos problemas das comunidades, de forma simples e criativa, através do empreendedorismo.

Texto & Foto: www.fimde semana.co.mz

Na sua sétima edição, que decorreu recentemente, o programa contou com a participação de 44 jovens, dos quais 75% eram do sexo feminino, a quem foram transmitidas ferramentas e conhecimentos essenciais para a estruturação de uma ideia de negócio, bem como formas de abordar o mercado no qual se pretende implementar a ideia, de modo a elevá-la aos níveis de implementação e crescimento.

Os participantes foram, igualmente, submetidos ao processo de Lean Startup e Design Thinking, para entender os desafios da comunidade e validar os seus pressupostos; design e construção de um Produto Mínimo Viável (MVP) e construção do Value Proposition Canvas e do Business Model Canvas, das várias ideias de negócio.

Edna dos Reis é estudante do curso de Direito e tem o sonho de abrir uma empresa. Decidiu participar na sétima edição do #Ideate Bootcamp, porque pretendia colher ferramentas que lhe permitam concretizar o seu objectivo.

Na formação, aprendeu como conduzir o processo de implantação de um negócio e, acima de tudo, a identificar o seu público-alvo: "Aprendemos a ter empatia, que significa saber o que

o nosso público-alvo precisa e o que nós podemos oferecer. A intenção é satisfazer as necessidades do nosso público e, com isso, ganhar dinheiro. Não podemos só ganhar dinheiro, sem satisfazer o público-alvo", sublinhou a participante.

Quem também participou neste programa de imersão empresarial é Dêrcia da Cruz, estudante do curso de Gestão Empresarial que, à semelhança de Edna dos Reis, tem o sonho de criar a sua própria empresa.

Na sua opinião, as ferramentas que lhe foram transmitidas durante os três dias podem ser determinantes na jornada de um empreendedor, sendo, por isso, crucial levá-las em consideração sempre que se pretende tomar uma decisão: "Esta formação não é só importante para jovens sonhadores ou estudantes como eu, mas também para os empreendedores já estabelecidos no mercado. Esta iniciativa mudou a minha forma de pensar e de ver o mercado, para além de me ter permitido obter ferramentas relevantes que tenho que levar em conta como empreendedora", contou Dêrcia da Cruz, para quem o #Ideate Bootcamp constitui um espaço de empoderamento da mulher na sociedade.



Para o representante da ideiaLab, Manuel Rego, esta iniciativa constitui uma ferramenta de estímulo ao empreendedorismo, motivando os jovens a pensarem em soluções inovadoras para os seus desafios actuais.

"Este é um programa intensivo, durante o qual os jovens aprendem a dar os passos necessários com vista à concretização da sua ideia ou ao fortalecimento do seu modelo de negócio. Estes são aspectos que grande parte dos empreendedores não domina, mas que diminuem as taxas de insucesso dos negócios", referiu Manuel Rego, que fez um balanço positivo

desta edição.

Importa realçar que a sétima edição do #Ideate Bootcamp teve como convidado Gerson Zandamela, um jovem que participou na segunda edição do programa, e que hoje tem uma empresa de gestão de projectos com recurso às tecnologias de informação e comunicação.

Para Gerson Zandamela, "foi uma experiência muito interessante fazer parte deste programa, onde pude aprender formas consistentes de abordar o mercado e desenhar soluções que vão ao encontro das necessidades do público".

Nhangau, na cidade da Beira: Projecto “Cidadania” possibilitou emissão gratuita de mais de 1.600 documentos de identificação

O projecto “Cidadania”, promovido pelo Standard Bank e que visa a atribuição gratuita de documentos essenciais aos cidadãos, permitiu a emissão de um total de 816 bilhetes de identidade, 400 assentos e igual número de certidões de nascimento, no posto administrativo de Nhangau, na cidade da Beira, província de Sofala.

A iniciativa, levada a cabo recentemente naquela zona, que dista cerca de 40 quilómetros do centro da cidade da Beira, tinha como objectivo levar os serviços de identificação civil e de registo aos cidadãos para que tivessem a oportunidade de tratar os documentos a fim de estarem, por via disso, aptos para o pleno gozo dos seus direitos e para o cumprimento dos seus deveres.



Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

Por seu turno, o secretário do bairro Nhangau-Sede mostrou-se satisfeito por o Standard Bank ter levado a iniciativa àquela zona, tendo, na ocasião, Mutongiua Manuel apontado duas das causas que levam a que as pessoas cheguem a atingir mais de 50 anos de idade, sem documentos.

“Primeiro, as pessoas vivem em zonas recônditas e o bilhete de identidade, por exemplo, não constitui prioridade para eles, pois não têm emprego formal. Segundo, aqui (em Nhangau) não temos postos de registo civil e de identificação civil, por isso não temos documentos”, referiu Mutongiua Manuel, para quem esta iniciativa vai ajudar a minimizar este problema.

Para o Standard Bank, a adesão massiva à iniciativa, por parte dos residentes daquele posto administrativo, e não só, revela o quão importantes são os documentos na vida dos cidadãos, uma vez que deles depende o acesso a inúmeras oportunidades, tais como o emprego, a educação, o acesso aos serviços bancários, entre outras.

que necessitam de documentos, nós vamos continuar a promover esta iniciativa. As enchentes e a aglomeração que temos testemunhado em todos os locais, por onde passamos, incentivam-nos a continuar”.

A campanha beneficiou, igualmente, cidadãos que perderam os seus documentos aquando da passagem do ciclone Idai, que assolou a zona Centro do País nos dias 14 e 15 de Março passado, o que, para o director provincial da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Sofala, representa um contributo para os esforços que têm sido envidados com vista ao restabelecimento da vida normal das populações: “É um gesto de louvar e esperamos que haja mais iniciativas do género. Depois deste processo, pretendemos colocar brigadas móveis semanais ou quinzenais para abranger maior número de pessoas”, disse Yazalde de Sousa.

Ana Paula Branquinho perdeu o seu bilhete de identidade na cidade de Maputo, no princípio do mês de Novembro, e viu-se obrigada, literalmente, a regressar a Nhangau para tratar o assento de nascimento uma vez ter sido aqui registada.

Por sorte, teve no projecto “Cidadania” a oportunidade de tratar, gratuitamente, um novo bilhete: “Vim cá de imediato, porque quando se perde o documento, tudo pára. Você deixa de ser alguém. Esta iniciativa está a ajudar muita gente. Continuem assim, pois ajudar o próximo é sempre bom”, sublinhou Ana Paula Branquinho.

“A partir daqui, as pessoas vão poder legalizar os terrenos onde estão implantadas as suas casas, matricular os seus filhos, participar no processo da inclusão financeira através da abertura de contas bancárias e beneficiarem de outros serviços que o País oferece”, frisou o director de Marketing e Comunicação do Standard Bank.

Na ocasião, Alfredo Mucavela reiterou a continuidade do projecto, tendo em conta o seu impacto na vida das comunidades: “Enquanto existirem pessoas

Alterações climáticas: Cornelder desvendou sobre como conseguiu enfrentar os efeitos catastróficos do ciclone Idai no Porto da Beira

A Cornelder de Moçambique (CdM), concessionária dos terminais de contentores e de carga geral do Porto da Beira, no centro do País, apresentou, sexta-feira, 6 de Dezembro, em Maputo, o seu plano de acção face à aproximação do ciclone Idai e como mitigou os seus impactos.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz

A apresentação decorreu durante o debate promovido pelo Absa Bank Moçambique, em parceria com a Revista Exame, sobre as alterações climáticas no mundo e no País, em particular, visando a antecipação, prevenção e mitigação de fenómenos.



Através deste debate sob o lema “Alterações Climáticas: antecipação, prevenção e mitigação”, o administrador delegado da CdM, Jan de Vries, disse que a sua instituição já dispunha de um plano de contingência, que tinha como ponto de partida o encerramento do Porto da Beira, com uma antecedência de dois dias, para a preparação das instalações e reforço de todos os equipamentos, com vista a mitigar o impacto do ciclone Idai.

nossos guindastes de 60 metros de altura e com um peso de mil toneladas cada. Fizemos todo um esforço enorme, soldando as estruturas e no parque dos contentores diminuimos o formato de pirâmide para o vento passar, porque sabíamos que havia a possibilidade do mar entrar e, por isso, tomámos todas as precauções, tendo inclusive removido as redes de comunicação. No dia seguinte, com o apoio dos trabalhadores, conseguimos mitigar o impacto e pusemos o porto a funcionar em tempo recorde”, explicou o administrador delegado da CdM.

Jan de Vries enalteceu também o papel preponderante desempe-

nhado por todas as instituições do Estado que participaram, de forma activa, na reposição das infra-estruturas danificadas, como as estradas e linhas de telecomunicações.

“Reconhecemos o esforço do Governo que conseguiu fazer a reposição da energia eléctrica e das estradas. Foi um trabalho excelente fazer a reposição e pôr todo o corredor a fluir, evitando deste modo a fuga de clientes do porto da Beira. Para as próximas ocorrências de intempéries ou ciclones, o porto estará com certeza mais preparado. Contudo, continuamos a fazer estudos com vista à resiliência dos equipamentos e dos armazéns em particular”, enfatizou Jan de Vries.

Durante o evento foi apresentada uma visão académica sobre as mudanças climáticas a longo prazo e a sua implicação a nível do habitat e humano, pelo Prof. Barend Erasmus, reputado cientista na área de alterações climáticas.

Sector das telecomunicações preparado para fazer face a eventual ocorrência de desastres naturais no País

O sector das telecomunicações está preparado para fazer face à eventual ocorrência de desastres naturais no País, assegurou na quinta-feira, 5 de Dezembro, a vice-ministra dos Transportes e Comunicações.

Texto & Foto: www.fimdesemana.co.mz



Manuela Joaquim Rebelo, que falava na abertura do workshop alusivo a 7 de Dezembro, Dia Africano das Telecomunicações, acrescentou que a implantação de infra-estruturas resilientes e sistemas de redundância nas zonas de risco de ocorrência de calamidades naturais decorre da necessidade de garantir que não haja interrupção do serviço de telecomunicações, em caso de ocorrência de desastres naturais, tal como ocorreu com o ciclone IDAI, no início deste ano.

Realizado sob o lema “Usando Tecnologia para Salvar Vidas; Comunicações de Emergência para Redução e Gestão de Riscos de Desastres Naturais”, o encontro tinha como objectivo a partilha de informação e de experiências de combate às calamidades naturais e de mitigação do seu impacto, usando as comunicações de emergência, com destaque para os casos de estudo de Moçambique, Malawi e Zimbabwe, que no início deste ano, foram atingidos pelos ciclones Idai e Kenneth.

Manuela Rebelo destacou o papel da União Africana das Telecomunicações (ATU), na promoção do desenvolvimento de infra-estruturas e serviços de tecnologias e comunicação, formulação de políticas e estratégias eficazes destinadas a melhorar o acesso aos serviços de telecomunicações, bem como na representação dos interesses de seus membros em fóruns globais de tomada de decisões e promoção de iniciativas destinadas a integrar mercados regionais e atrair investimentos para o desenvolvimento do continente.

Criada a 7 de Dezembro de 1999, a União Africana de Telecomunicações conta com 44 Estados membros e 16 membros associados e é a principal organização que promove o desenvolvimento e acesso ao serviço de telecomunicações no continente.

ANUNCIE AQUI
todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com

@Verdade
O Jornal mais lido em Moçambique.

Vitória Diogo exorta trabalhadores e empregadores a manterem cultura de diálogo permanente

A ministra do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Vitória Diogo, instou, na quarta-feira, 11 de Dezembro, aos empregadores e aos trabalhadores a pautarem pela cultura de negociação e de diálogo com vista a manter permanentemente a paz e a estabilidade laboral nas empresas.

Estes dois factores, de acordo com a ministra, associados à comunicação entre as partes e à disseminação de informações sobre a vida das empresas podem contribuir para a motivação

manutenção das condições de empregabilidade não dependem única e exclusivamente dos empregadores, Vitória Diogo apelou aos trabalhadores a apostarem na formação perma-

ção dos trabalhadores é um investimento a acarinhar por parte do empregador e o trabalhador deve, também, esforçar-se em actualizar os seus conhecimentos e auto superar-se, para se manter em condições de empregabilidade. Estamos todos num mundo cada vez mais globalizado e na era do conhecimento”, sublinhou.

A governante referiu que, graças ao empenho e à postura serena e responsável da Comissão Consultiva do Trabalho (CTT), foi enriquecido e consolidado o diálogo social no país, facto que tornou a CCT uma instituição, relevante e incontornável, tendo ainda ganho um reconhecimento internacional manifestado através da OIT (Organização Internacional do Trabalho), pela solidez da sua abordagem tripartida, a qual conduziu para a criação, neste quinquénio, dos primeiros Tribunais de Trabalho na Cidade e da Província de Maputo, 30 anos depois da aprovação da Lei.

Vitória Diogo falava na última sessão anual (e quinquenal) da Comissão Consultiva do Trabalho, um órgão de concertação social tripartida, composto pelo Governo, empregadores e trabalhadores.

Na sua intervenção, a ministra fez um balanço positivo do desempenho do órgão durante o mandato prestes a findar, durante o qual “trocamos informações, promovemos a consulta, negociamos e dialogamos sobre várias matérias de interesse global, prevalecendo, entre nós, o bom senso, a confiança, o espírito de boa-fé e vontade das partes em construir consensos e edificar juntos um mercado laboral vibrante e dinâmico”.

Na ocasião, foi lançada a segunda edição da brochura “Diálogo Social Tripartido e Concertação Social: Experiência Moçambicana – Caminho Percorrido (1994-2019), uma compilação da história dos últimos 25 anos da Comissão Consultiva do Trabalho.



dos trabalhadores, melhoria das condições de trabalho e consequente aumento da produção e da produtividade.

nente e contínua, aperfeiçoando as suas habilidades, pois o mercado de trabalho está cada vez mais exigente.

Entretanto, e porque a criação e

“A capacitação e profissionaliza-

Taça Moçambique Tmcel: Vencedores recebem 900 mil meticais de prémio

A equipa da União Desportiva do Songo arrecadou, como prémio, 550 mil meticais, resultantes da conquista, na terça-feira, 11 de Dezembro, em Maputo, da Taça Moçambique Tmcel, ao derrotar, na grande final, o Ferroviário de Maputo, por duas bolas a zero.

Na partida disputada no Estádio Nacional do Zimpeto, os golos foram marcados, durante a primeira parte, por Amadeu e Telinho. Com este resultado, o Ferroviário de Maputo ficou na segunda posição, cabendo-lhe um prémio de 350 mil meticais.

Abordado momentos após o jogo, Binda Jocker, administrador para a Área Operacional da Moçambique Telecom (Tmcel), o principal patrocinador desta competição, referiu que o investimento que a operadora tem vindo a fazer nesta prova enquadra-se nas acções de responsabilidade social corporativa, visando a promoção da prática desportiva nacional.

Trata-se, conforme enfatizou, de uma competição que contribui para o desenvolvimento do futebol moçambicano, pois engloba equipas de todos os escalões do futebol, resultando daí um maior impacto territorial.



Por seu turno, o presidente da Federação Moçambicana de Futebol, Alberto Simango Júnior, considerou que a Tmcel é parceira da federação há muitos anos e ao continuar a abraçar este projecto após enfrentar várias adversidades administrativas demonstra o seu firme cometimento para com o desenvolvimento do desporto moçambicano.

“Esta é a segunda maior competição nacional da modalidade e a nossa convicção é de que vamos continuar a trabalhar como parceiros, alegrando os moçambicanos em prol do desenvolvimento do desporto. Queremos que a Taça Moçambique Tmcel cresça cada vez mais com a diversificação de produtos e activida-

des, com vista ao seu engrandecimento”, frisou.

Instado a pronunciar-se sobre a importância desta prova, Nacir Armando, treinador da União Desportiva do Songo, considerou que ela desempenha um papel preponderante ao ajudar as equipas a participarem nas competições africanas.

“Para o clube, a taça ora conquistada cobre realmente aquilo que não conseguiu conquistar ao longo da época e deixa-nos honrados, porque fizemos uma época muito cansativa, mas acabamos por ter como compensação a conquista da Taça Moçambique Tmcel”, destacou.

Importa realçar que este é o segundo ano que a União Desportiva do Songo vence a taça, depois da conquista em 2016. Este ano, o clube participou na Liga dos Campeões Africanos, onde não conseguiu alcançar as suas ambições de chegar à fase de grupos.

Pergunta à Tina...

Oi Tina respondo pelo nome de Jorge Luís tenho 17 anos de idade, estou namorando com uma moça de nome Olga, ela tem 17 anos de idade estou enfrentando muitos ataques de ciúme e de medo de perde-la;

Antigamente ela namorou comigo deixamos-nos por motivos de ela ter encontrado outro homem envolveu-se sem protecção e o tal homem tinha umas DTSs de nome gonorreias depois disso eu vi os sintomas que ela estava a enfrentar logo descobri o que se passava porque um amigo meu passou por essa doença, nos conversávamos éramos como simples amigos depois de nos separarmos claro. Mesmo assim insiste em ajuda-la porque eu ainda a amava ela confessou que sim envolveu-se sem protecção e eu ajudei-a a superar isso, eu pedi-a para conversar com o antigo namorado dela sobre a doença ele nem quis ouvir até disse-a que já não a queria mais; Acompanhei-a todos processos dela finalmente graças a um bom deus ela curou-se, inicialmente ela conheceu o moço pelo facebook e o outro que estou suspeitando é quase a mesma coisa são factos idênticos tenho assim não sei como iniciar falar com ela peça ajuda. Jorge

Jorge aqui nesta coluna o assunto são mais problemas sobre saúde sexual e reprodutiva até por não tenho nenhum receita ou tratamento para recomendar mas posso aconselhar-te a ter muita calma. És jovem e poderás conhecer outras raparigas por quem ainda irás de apaixonar. Mas se o teu desejo é ficar com a Olga sugiro que conversem com honestidade e respeito mútuo, tentem encontrar o melhor caminho para vocês. Quando ao sexo continua a fazer com protecção.

Olá mana Tina, espero que estejas a gozar bem de saúde, a minha preocupação é a seguinte: no caso de fazeres o planeamento sem que saibas que estas grávida e fazes aborto, o planeamento feito antes do aborto ainda tem seus efeitos ou deves fazer de novo? Marcionila

Amiga o planeamento família deve ser feito com acompanhamento médico portanto quando o iniciais é suposto saberes se estás grávida ou não. O aborto também deve ser feito num hospital e por profissionais de saúde a quem deves informar todo histórico do que se passou, com os detalhes que aqui não contas acredito que terás com eles melhor aconselhamento sobre o que fazer. Cuida-te menina.

Fundo de Estradas, que recebeu mais de metade das Garantias Soberanas do Estado, nunca publicou contas auditadas

O Fundo de Estradas aderiu nesta segunda-feira (09) a uma instituição internacional que promove de transparência no sector de infra-estruturas em mais um passo para voltar a obter financiamentos no exterior para a edificação de obras públicas em Moçambique. Paradoxalmente a instituição nunca publicou uma única Demonstração Financeira auditada embora tenha recebido mais de metade de todas as Garantias e Aves do Estado.

Texto: Adérito Caldeira

Um dos sectores que sofreu maiores cortes derivados da descoberta das dívidas ilegais da Proindicus, EMATUM e MAM foi o das obras públicas o que originou o adiamento da construção e reabilitação de centenas de milhares de quilómetros de estradas que todos os anos aumentam devido aos efeitos de cada nova época chuvosa. Este ano o drama foi ainda maior devido ao impacto do Ciclone Idai.

Um dos únicos financiadores que nunca suspendeu o seu apoio foi o Banco Mundial que está a investir na rede de estradas rurais e é nesta altura o maior Parceiro na reconstrução pós-ciclones por



isso a sua demanda por maior transparência foi prontamente aceite pelo Executivo que inscreveu Moçambique na Iniciativa de Transparência

de Infra-estruturas (CoST, na sigla em inglês).

“Saudamos o novo membro que enfrenta uma diversida-

de de desafios no seu contexto local no entanto partilhamos da causa comum e do desejo de Moçambique aumentar as infra-estruturas públicas através da divulgação de informação (sobre os projectos), prestação de contas e trabalho conjunto”, afirmou em Maputo o vice-presidente do Conselho de Administração da CoST, George Ofori.

A adesão a esta Iniciativa, ainda que de alguma forma por pressão dos financiadores, poderá permitir enfim o acesso às contas de cada um dos projectos de obras públicas, um dos sectores mais corruptos em Moçambique e no mundo, mas também aos

Relatórios Financeiros auditados do Fundo de Estradas que desde a sua existência nunca os publicou. Há mais de 2 anos que o @Verdade tem solicitado mas nem mesmo ao abrigo da Lei do Acesso à Informação a instituição dirigida por Ângelo Macuacua.

O primeiro Relatório de Riscos Fiscais publicado pelo Ministério da Economia e Finanças, no início deste ano, revelou que o Fundo de Estradas recebeu mais de metade de todas as Garantias e Aves concedidos pelo Estado entre 2013 e 2017 no montante equivalente a 2,7 por cento do Produto Interno Bruto.

ANUNCIE AQUI

todos os dias

Contacta os nossos serviços comerciais pelo e-mail
averdademz@gmail.com



O Jornal mais lido em Moçambique.

Ficha Técnica

NAMPULA - Av. 25 de Setembro 57 A
Telemóvel+258 84 39 98 635

MAPUTO - Avenida Mao Tse Tung 479
Telemóvel+258 86 45 03 076

E-mail: averdademz@gmail.com

Jornal registado no GABINFO, sob o número 014/GABINFO-DEC/2008; Propriedade: Charas Lda; Fundador: Erik Charas.

Director: Adérito Caldeira; Director-Adjunto: Sérgio Labistour; NAMPULA - Delegado: Hélder Xavier; Director Gráfico: Nuno Teixeira; Periodicidade: Diário.